

APAGAMENTO E REVISIONISMO HISTÓRICO: OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES

Maria Victória Klosienski[1]

RESUMO
Esse texto reflete sobre como as práticas de apagamento e revisionismo histórico operam como formas de violência de gênero, intensificadas pela *internet*. Para tanto, realiza-se uma breve contextualização sobre a problemática do revisionismo histórico, que anteriormente visto como um processo legítimo de reinterpretação do passado, agora assume uma conotação negativa ao ser instrumentalizado para distorcer narrativas e disputar memórias. Examina-se o impacto dessa prática sobre mulheres, juntamente com o fenômeno estrutural de apagamento histórico, que minimiza e marginaliza a presença de mulheres na História. Com o advento da *internet,* essas práticas atingem novos espaços, contribuindo para a produção e disseminação de informações incorretas que deslegitimam a atuação de mulheres em momentos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Apagamento; Revisionismo Histórico; Gênero.

A circulação de informações via espaços virtuais tem crescido exponencialmente ao longo das últimas décadas. Apesar da tecnologia ser frequentemente encarada como distante do ofício do historiador, surge um novo panorama de estudos que compete aquilo que chamamos de História recente. Este campo, próximo a criação e a ascensão da internet, tem como possibilidade utilizá-la como fonte e objeto de estudo. Ao mesmo tempo, novas preocupações com relação a ela emergem.

Com o alcance e a velocidade atingidos hoje em dia, o intercâmbio acelerado de dados tem contribuído para fomentar debates entre comunidades que compartilham o mesmo interesse, assim como tem propiciado um ambiente de disputas e discordâncias. Por um lado, o ritmo frenético de produção e reprodução de informações possibilita novas reflexões e pode aprimorar conhecimentos históricos - ainda que esses discursos não tenham apenas a função de informar (Bonsanto, 2021). Por outro, permite que grupos se apropriem e desviem narrativas.

Nesse contexto, a prática do revisionismo histórico se torna um elemento central nas dinâmicas de circulação de informações no meio digital. Ora visto como um

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Relações Internacionais e Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Aluna especial do Mestrado em História da UEPG. E-mail: kllosienski@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2132993510720389.

processo natural das ciências de reanalisar fatos, fenômenos e/ou teorias com base em novas evidências ou descobertas, converteu-se em um mecanismo de distorção de fatos para defender um viés, ou uma doutrina, com o objetivo de manipular ou negar narrativas. Como exposto por Pereira (2022)

> [...] Revisionismo: interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente, a fim de construir uma narrativa alternativa que, de algum modo, legitima certas dominações e violências. (p. 39)

O revisionismo não anda sozinho. No contexto atual, ele caminha junto ao negacionismo, formando um discurso que visa uma reconstrução historiográfica do passado. O negacionismo, de acordo com Santana e Maynard (2017), emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionado por comunidades ligadas à extrema-direita, que buscavam reabilitar a imagem do nacional-socialismo e minimizar ou negar crimes, como o Holocausto. O surgimento do negacionismo histórico está diretamente ligado ao revisionismo, mas se distingue por seu caráter essencialmente político e ideológico. Enquanto o revisionismo, no campo acadêmico, é um processo legítimo de reinterpretação do passado com base em novas evidências, o negacionismo se apropria dessa prática para distorcer fatos históricos.

Por meio de apagamentos, deslegitimações e relativizações, esses fenômenos buscam reconfigurar narrativas históricas de forma a defender interesses políticos e ideológicos e violências. No ambiente digital, essa associação entre revisionismo e negacionismo se intensifica. Essas práticas vêm acompanhadas de ataques coordenados àqueles que defendem a(s) ciência(s) e a grupos historicamente marginalizados, demonstrando que representam apenas estratégias discursivas, mas também formas de violência simbólica.

No contexto da violência de gênero, Gomes (2019) apresenta como a "machocracia" – um regime político baseado na dominação masculina – se articula com discursos revisionistas e negacionistas para deslegitimar avanços sociais e perpetuar desigualdades. No Brasil, esse fenômeno pode ser observado na negação e

distorção de fatos históricos relacionados à violência contra mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos à margem.

A internet tem sido utilizada como um canal para disseminar preconceitos de gênero, reafirmar estruturas patriarcais e legitimar práticas de violência. O espaço virtual torna-se um espaço de disputas de poder e, por meio de mecanismos, como a difusão de desinformações e discursos de ódio, potencializa e amplia discursos que reforçam a violência de gênero. Não obstante, Silva (2024) expõe que o revisionismo histórico e o negacionismo não operam isoladamente, mas atuam em conjunto com mecanismos específicos de violência digital, como cybercrimes e ataques coordenados.

Para além de ataques diretos, nota-se que há uma prática mais “sutil” de violência, o apagamento histórico. Trata-se de um ato político deliberado, que reforça a exclusão e invisibilização, principalmente de mulheres, da História. Esse fenômeno ocorre de diferentes formas, pela omissão da presença e contribuições de mulheres ou pela minimização de seus papéis em períodos ou feitos históricos. É importante salientar que essa temática não se limita ao passado, mas continua se manifestando no presente, sendo reforçado por discursos negacionistas e revisionistas.

No que tange à violência de gênero, esse apagamento se reflete na invisibilização das mulheres na história política e nos movimentos sociais. Como aponta Silva (2024), ao longo da história, as mulheres foram historicamente marginalizadas e tiveram sua participação direta desconsiderada, sendo retratadas ou reduzidas a figuras de apoio. Durante muitos anos, esse processo foi impulsionado por instituições como a Igreja e os meios de comunicação, que consolidaram discursos sobre a submissão e fragilidade das mulheres, representando esse apagamento histórico.

No cenário digital, o apagamento histórico é intensificado pela disseminação de desinformação e as diversas formas de ataque, diretos ou indiretos, às mulheres que ocupam posições de poder. E isso não afeta mulheres apenas no sentido político, mas também na ciência, na cultura e em diversos campos. Esse tipo de apagamento não se limita ao questionamento da competência das mulheres, mas traduz o fenômeno de negação da capacidade das mulheres de ocuparem tais espaços. Dessa forma, demonstra um esforço coletivo de grupos ou comunidades para a manutenção da hierarquia patriarcal (Teixeira, Salla e Jorge, 2021).

Diante do exposto, percebe-se que o apagamento e o revisionismo histórico são mecanismos que transcendem a disputa de narrativas e por memória. Eles operam como formas de violência simbólica e estrutural, reforçando a desigualdade de gênero e perpetuando sistemas de dominação. O negacionismo, ao transformar discursos revisionistas em instrumentos político-ideológicos, não apenas reinterpreta, mas distorce e nega contribuições históricas de mulheres no intuito de manipular o passado com base em discussões do tempo presente.

A internet, ao mesmo tempo em que democratizou o acesso ao conhecimento, também se tornou um espaço para a disseminação de discursos revisionistas e negacionistas, muitas vezes associados aos discursos de ódio voltados a grupos historicamente marginalizados. Ademais, esse cenário desafia o ofício do historiador, uma vez que a confiabilidade das fontes é colocada em cheque.

Por fim, reconhecemos que a disputa por narrativas e memórias não se reduz ao campo acadêmico, como agora atravessa o campo das mídias digitais. Assim, o revisionismo, o apagamento e o negacionismo operam como formas violência de gênero, por meio de ataques, desinformações e discursos misóginos, que visam minimizar e desqualificar a presença de mulheres em contextos históricos e políticos.

REFERÊNCIAS

BONSANTO, André. Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake news. **Liinc em Revista**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. e5631, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5631. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5631. Acesso em: 12 mar. 2025.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo. **Revista Ñanduty**, *[S. l.]*, v. 7, n. 10, p. 146 a 158, 2019. DOI: 10.30612/nty.v7i10.10303. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/10303. Acesso em: 12 mar. 2025.

SANTANA, Diego Leonardo; MAYNARD, Dilton. O portal Metapedia: revisionismo histórico e negacionismo no tempo presente. **Transversos: Revista de História**, n. 11, p. 23-41, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/31586. Acesso em: 12 mar. 2025.

SILVA, Laura Beatriz Barbosa de Lima. **Histórias de práticas de violência de gênero em mídias digitais: misoginia e cybercrimes no Blog Machismo Esclarecido (2010/2017)**. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em História. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2024.



TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; JORGE, Vítor Furlan. Mulheres e práticas punitivas: entre tentativas de apagamento histórico e modos de resistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e71117, 2021.